



Omissão e desfaçatez vão custar caro ao governo, afirma Condsef

A omissão e a desfaçatez do governo Bolsonaro vão custar caro nas próximas eleições, opina o secretário-geral da Condsef/Fenadsef, Sérgio Ronaldo da Silva. "Se ainda existe algum servidor público que concorda com um governo que faz esse tipo de coisa, esse jogo vai virar. Nós vamos fazer o debate dentro do serviço público e com a sociedade para que o desmonte acabe", avisa Sérgio. O secretário-geral faz referência à entrevista de hoje ao SBT News em que o presidente da república Jair Bolsonaro (PL) informou que "pelo que tudo indica, não teremos reajuste este ano".

A declaração do presidente é mais um episódio de uma longa série de anúncios sobre a reposição salarial dos servidores públicos federais. As falas de Bolsonaro, bem como de Paulo Guedes e de representantes da base de apoio no Congresso, apontam uma estratégia clara e deliberada de procrastinação e omissão por parte do governo federal, com constantes recuos, propostas sem base legal e conflitos de informação.

Os sinais do Planalto sobre

o tema começaram em junho do ano passado, com o anúncio de estudos sobre reposição de 5% a todos os servidores, independentemente da categoria. No fim do ano passado, o presidente insinuou que somente categorias ligadas à segurança pública teriam reposição, o que gerou protestos e levou a um recuo do governo. Em fevereiro deste ano, o presidente voltou a dizer que somente algumas categorias específicas (menos de 3% do funcionalismo) teriam reajuste. Sob novos protestos, o governo avaliou conceder bônus de R\$ 400 apenas para servidores ativos da União. Nenhuma das propostas foi objeto de negociação com as entidades sindicais.

Desta vez, além de indicar que possivelmente não haverá reajuste algum, o presidente insinuou que indicará o reajuste na lei orçamentária de 2023. "Isso é conto da carochinha. O governo não pode deixar a reestruturação das carreiras e a reposição salarial para o ano que vem, é ilegal", afirma Sérgio. A lei de responsabilidade fiscal impede que o governo atual deixe dívidas para seus sucessores, bem como colo-

ca o prazo até 30 de junho para que a reposição seja prevista ainda em 2022. Na prática, se não houver a edição de um PLN (Projeto de Lei do Congresso Nacional) ainda este mês, a reposição salarial ficará apenas para 2024.

O descaso do governo federal para com o serviço público vai além da indefinição quanto à reposição das perdas salariais para a inflação. Durante a atual gestão, cerca de 150 mil servidores se aposentaram ou deixaram a carreira, sem que houve novas nomeações. "Não há serviço público que aguarde esse desmonte", afirma Sérgio.

Diante do cenário, o secretário-geral afirma que a categoria estará mobilizada para o "acerto de contas" com o atual mandatário do Palácio Planalto no próximo dia 2 de outubro. "Os integrantes deste governo precisam pagar pelo descaso. Nosso primeiro desafio é tirar esse desgoverno do lugar onde ele nunca deveria ter entrado. A nossa expectativa é de que, no ano que vem, a gente tenha com quem negociar", complementa Sérgio.

Fonte: Condsef

AÇÃO ANUÊNIOS / FUNASA

Ação para contabilização do tempo de serviço celetista no anuênios da FUNASA (Ativos e Aposentados)

CLICK AQUI

E PESQUISE SE O SEU NOME ESTÁ NESTA AÇÃO



Com Bolsonaro, fome aumenta 57,4%

A crise econômica, as altas taxas de desemprego e de informalidade e a disparada da inflação estão entre os fatores que contribuíram para aumentar em 57,4% o número de pessoas que passam fome no Brasil. Só entre dezembro de 2020 e abril de 2022, aumentou de 19 milhões para 33,1 milhões o total de pessoas com fome no país comandado pelo ex-vice-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Em apenas um ano, 14 milhões de brasileiros passaram a conviver com a fome em suas casas. Em 2018, 5,8% dos brasileiros passavam fome. Em 2020, essa parcela subiu para 9% e, em 2022, chegou a 15,5%.

A insegurança alimentar, ou seja, quando as pessoas não têm acesso regular e permanente a alimentos em quantidade e qualidade suficiente para sobreviver, atinge 125,2 milhões de brasileiros e brasileiras, ou seja, 6 a cada 10.

Os dados são da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan), fazem parte do 2º Inquérito Nacional sobre Segurança Alimentar e foram divulgados nesta quarta-feira (8).

Além das questões econômicas, o consultor da ONG internacional ActionAid e ex-presidente do Consea (2004-2007) Francisco Menezes aponta a precarização do trabalho e o desmonte da política de estoques de alimentos como pontos que contribuíram para este quadro de miséria no Brasil.

"Tivemos uma elevação muito forte do desemprego e um processo de precarização do trabalho com o crescimento da informalidade. Soma-se à perda de renda a inflação dos alimentos, que

desde 2020 não arrefece, e atinge itens básicos como arroz, feijão e óleo de soja, além do gás e dos combustíveis", apontou Menezes em entrevista para a Folha de S. Paulo. De acordo com ele, uma política de estoques de alimentos, abandonada pelo governo, é crucial para ajudar a combater a fome.

Menezes também criticou o modelo de acesso a benefícios de transferência de renda, que requer acesso a internet e a um computador ou celular. "Extrema pobreza e aplicativo não são coisas que combinem," disse se referindo por exemplo ao Auxílio Brasil, aprovado pelo Congresso Nacional durante a pandemia do novo coronavírus para atender as pessoas mais pobres.

De acordo com a pesquisa, o maior percentual de pessoas em insegurança grave ou fome era entre quem solicitou mas não recebeu o auxílio emergencial aprovado pelo Congresso para o primeiro ano da pandemia (63%), seguido pelo grupo de quem sequer conseguiu solicitar o benefício (48,5%).

De acordo com a pesquisa, em 2022, 1 de cada 3 brasileiros já fez alguma coisa que lhe causou vergonha, tristeza ou constrangimento para conseguir alimento.

Desigualdades se acentuam

A fome no Brasil tem cor, gênero, idade, geografia e classe. O Norte e o Nordeste do país são as regiões mais atingidas pela falta de comida no prato, com 25,7% e 21% das famílias, respectivamente, passando fome.

A desigualdade regional foi constatada também no contraste entre o campo e a cidade. Nas áreas rurais do Brasil, a insegurança alimentar é vivida em 60% das casas. Destas,

18,6% estão em situação grave. Nem mesmo quem produz alimentos escapou. A fome atingiu 21,8% dos domicílios de agricultores familiares e pequenos produtores.

Em 53,2% das casas onde a pessoa de referência se autodeclara branca, o acesso a comida não foi considerado um problema. O mesmo aconteceu em 67% dos domicílios com renda maior que um salário mínimo por pessoa. Já entre os lares em que a pessoa responsável se autodeclara preta ou parda, o índice cai para 35%. Comparando com a edição anterior do Inquérito da Rede Penssan, entre lares comandados por pessoas negras, a fome aumentou de 10,4% para 18,1%.

A falta de comida atingia, em 2020, 7% das casas em que mulheres são as responsáveis. Em 2022, passou para 11,9%. Também nesse período, a dificuldade em conseguir alimentos em famílias com crianças dobrou: a fome afetava 9,4% delas e, atualmente, é a realidade de 18,1%.

Sobre a pesquisa

A pesquisa da Rede Penssan foi realizada em campo, entre novembro de 2021 e abril de 2022, pelo Instituto Vox Populi, com em entrevistas em 12.745 domicílios de 577 municípios de todos os estados brasileiros e do Distrito Federal.

A margem de erro é de 0,9 pontos percentuais, para mais ou para menos.

A pesquisa, que teve apoio da Ação da Cidadania, a ActionAid Brasil, a Fundação Friedrich Ebert Brasil, o Ibirapitanga, a Oxfam Brasil e o Sesc.

Fonte: Cut